



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2013

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE  
RESTAURO NA SALA DE SESSÕES, COLUNAS E  
PARTES DO 1º E 2º PAVIMENTOS NO CENTRO  
CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL, QUE ENTRE SI FAZEM  
O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A  
EMPRESA

\_\_\_\_\_.

Proc. TRF2-EOF-2013/00163

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Roque Bonfante de Almeida**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (    ) \_\_\_\_\_, Fax: (    ) \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo Sr(a) \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2013/00163, em consequência do Pregão Eletrônico nº 052/2013, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em \_\_/\_\_/2013, por despacho lavrado à fl. \_\_\_\_ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *executar serviços de restauro na Sala de Sessões, colunas e partes do 1º e 2º pavimentos no Centro Cultural Justiça Federal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para execução de serviços de restauro na Sala de Sessões, colunas e partes do 1º e 2º pavimentos no Centro Cultural Justiça Federal, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 052/2013 e seus Anexos I e II, e na forma estabelecida no presente Contrato.

## **2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DOS SERVIÇOS:**

2.1 – **DA METODOLOGIA DE TRABALHO** : Na metodologia de trabalho a Contratada considerará os requisitos de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.666, de 1993, com a redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994.

### **2.2 – DAS ETAPAS:**

2.2.1 - Os serviços serão realizados no Centro Cultural Justiça Federal-RJ no hall das escadas, colunas do 1º e 2º pavimentos e Sala de Sessões no 1º pavimento e terão as seguintes etapas:

#### **2.2.1.1 - Etapa 01**

- a) Montagem de 04 torres de andaimes com rodízios de nylon e passarelas;
- b) Montagem de sistema elétrico para aspiração dos entreforros e iluminação do andaime;
- c) Proteção de todo o mobiliário com lona plástica com armazenamento das peças em ambiente seguro;
- d) Proteção dos pisos em madeira, dos 3 vitrais com compensado de 5mm, das 4 portas do foyer, das 5 portas e 8 janelas do salão de sessão, dos 4 patamares dos degraus da escada junto as colunas;
- e) Levantamento cadastral com registros fotográficos de todos os forros - antes, durante e ao fim da obra;

#### **2.2.1.2 - Etapa 02**

- a) Percussão do teto da Sala de Sessões e mapeamento de danos;

#### **2.2.1.3 - Etapa 03**

- a) Abertura de vãos de 30 x 30cm nas partes lisas do vão, aspiração dos entreforros e fechamento dos vãos;

#### **2.2.1.4 - Etapa 04**

- a) Decapagem da parte de 156 metros da pintura lisa do teto entre os ornatos que se encontram comprometidas, reintegração da mesma conforme prospecção;
- b) Decapagem das 24 colunas internas;
- c) Decapagem dos 03 arcos internos das vitrais ;
- d) Nivelamento da base e complementação da pintura;

#### **2.2.1.5 - Etapa 05**

- a) Consolidação dos forros em estuque armado de todos os ambientes;
- b) Retirada dos moldes dos frisos;

#### **2.2.1.6 - Etapa 06**

- a) Faceamento e reintegração da pintura artística;
- b) Faceamento e reintegração das pinturas das colunas internas (escaiola);
- c) Faceamento e reintegração dos 03 arcos internos dos vitrais (escaiola);

#### **2.2.1.7 - Etapa 07**

- a) Recuperação das colunas danificadas, com colocação de pinos de nylon raiados;
- b) Recuperação de 02 vergas (arranques) entre as colunas, no 1º e 2º pavimentos seguindo todos os procedimentos de restauro e consolidação e complementação das pinturas dos bicos de coluna e vergas conforme padrão existente;
- c) Instalação de protetores da base das colunas em ferro doce;

#### **2.2.1.8 - Etapa 08**

- a) Fornecimento e instalação de duas descidas de águas pluviais de aproximadamente 10 metros de altura, com diâmetro interno de 100mm, divididos em seções de tubo de ferro fundido ranhurado de 1 metro cada (incluindo furação da platibanda em diâmetro de 100mm, recuperação desta e pintura com pigmento de rutila na cor bege);

#### **2.2.1.9 - Etapa 09**

- a) Entrega do relatório final de procedimentos com as fotos da etapa 01 e descritivo do trabalho realizado;
- b) Desmontagem dos andaimes, retirada das proteções e limpeza final;

### 2.3 - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.3.1 - Antes que os bens móveis e integrados passíveis de remoção sejam retirados dos seus respectivos locais – lustres, arandelas, mesas, cadeiras etc –, deverão ser fotografados e realizados relatórios descritivos dos seus respectivos estados de conservação.

2.3.2 – A Contratada deverá realizar a percussão em toda a área do forro, com marcação nas áreas que estiverem comprometidas, realizando seu faceamento e consolidação.

2.3.3 - O faceamento das áreas danificadas ou com descolamento deverá ser realizado através dos seguintes procedimentos:

2.3.3.1 - aplicação de papel oriental (papel japonês) com adesivo tipo Beva 371.

2.3.3.2 - A consolidação em cada ambiente deverá ser precedida de escoramento parcial da área, em função da fragilidade em que se encontra o material, e de maneira a garantir a estabilidade e a conservação de toda a ornamentação em alto relevo e pinturas artísticas, bens integrados aos forros em maior ou menor complexidade em todo corpo da Sala de Sessão.

2.3.3.3 – O escoramento acima referido deverá contemplar, no mínimo, o espaço entre dois barrotes da estrutura do forro em estuque armado, transpassando uma faixa de 80cm para ambos os lados e a largura de cada sala.

2.3.3.4 - O referido escoramento é de caráter provisório, de forma a acompanhar apenas os serviços de consolidação em andamento, devendo ser retirado após a constatação de que os forros em estuque armado estejam estabilizados.

2.3.3.5 - A consolidação deverá ser realizada pela parte interna por não haver espaço adequado para trabalhar pelo entreforro, e adotará os seguintes procedimentos:

- a) Retirada de resíduos soltos do verso do forro em estuque armado, através de aspiração por equipamento com filtro HEPA;
- b) Substituição dos fasquios comprometidos por 03 (três) camadas de sisal e 03 (três) camadas gessolite de maneira intercalada - formando uma espessura de, no máximo, 1,00cm -, a ser aplicada nas faixas entre os barrotes da estrutura portante dos forros;
- c) Aplicação de resina tipo RHODOPAS 503D em duas camadas: a primeira camada de RHODOPAS 503D deverá ser diluída em uma

mistura de água e álcool, na proporção 1:6, sendo uma de RHODOPAS 503D para 3 de água mais 3 de álcool - o álcool deverá ser adicionado vagarosamente a um 1L de água, até que a mistura torne-se aquecida, sendo esta mistura a ser diluído no RHODOPAS 503D. O que finalizará a realização da consolidação dos forros em estuque armado. Será necessária a remoção do verniz que se encontra sobre a pintura artística oxidada e sobre os douramentos opacando a sua leitura.

2.3.3.6 - Após a consolidação dos forros de estuque armado, deverão ser retirados o escoramento existente e a proteção dos vitrais com a revisão e limpeza destes.

2.3.3.7 - Na limpeza final de toda a obra, deverá ser utilizado aspirador de pó equipado com filtro HEPA - (High Efficiency Particulate Air).

2.3.3.8 – A Contratada realizará a reaplicação de um novo protetivo (cera microcristalina preparada artesanalmente) sobre a pintura artística, ou outro protetivo similar a ser definido com o gestor do Contrato.

2.3.3.9 - Também será necessário restaurar as quinas das cabeças de escada que ligam o 1º e 2º pavimento do Centro Cultural, as quinas das bases das colunas deterioradas no hall das escadas e os ornatos que ornamentam as portas que dão acesso do hall, em um total de 2 bandas, sendo 4 ornatos faltantes.

2.3.3.10 - A Contratada deverá providenciar uma proteção definitiva para as bases da coluna em ferro doce, formando um cubo de proteção preso por braçadeiras na parte superior e inferior dos corrimãos (04 unidades);

### **3- CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

#### **3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

3.1.1 - A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

3.1.1.1 - Desenhos, especificações e demais documentos integrantes do Projeto;

3.1.1.2 - As normas pertinentes do Manual de Obras Públicas – Edificações / Práticas da SEAP.

3.1.1.3 - Os serviços deverão ser executados de acordo com o presente Contrato, sendo que qualquer solicitação de modificação deverá ser encaminhada ao Setor de Preservação do Patrimônio Histórico da Divisão

de Planejamento e Administração do Centro Cultural Justiça Federal - SEPREP/ DIPLA /CCJF, para análise. Qualquer esclarecimento adicional sobre os serviços a serem executados, objeto do presente ajuste, poderá ser obtido na SEPREP/ DIPLA /CCJF.

3.1.1.4 - Requisitos de Normas e/ou Especificações, Métodos de Ensaio e Terminologia, estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou formulados por laboratórios ou institutos de pesquisas tecnológicas brasileiros.

3.1.1.5 - Recomendações, instruções e especificações de fabricantes de materiais para sua devida aplicação/instalação.

3.1.1.6 - Antes do início da execução dos serviços, deverão ser verificadas (diretamente na obra e sob a responsabilidade da Contratada) as condições técnicas e as medidas locais ou posições a que se destinar.

3.1.1.7 - Estão inclusos todas as atividades e fornecimento de todos os materiais – como equipamentos, ferramentas e acessórios – necessários à execução de cada serviço.

3.1.1.8 - Todas as imperfeições verificadas nos serviços vistoriados, bem como discrepâncias destes em relação aos desenhos e especificações, deverão ser corrigidas antes do prosseguimento dos trabalhos.

3.1.1.9 - Considerando que a Contratada tem qualificação técnica e comprovada capacidade para a execução dos serviços, objeto do presente Contrato, de modo algum será aceita qualquer alegação, durante a execução, quanto a possíveis indefinições, omissões ou incorreções contidas no conjunto de elementos que constituem o Projeto, como pretexto para pretender cobrar materiais/equipamentos e/ou serviços ou alterar a composição de preços unitários. Por conseguinte, considerar-se-ão incluídos no valor GLOBAL do Contrato as complementações e acessórios ocasionalmente omitidos no Projeto, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

3.1.1.9.1 – Projeto é o conjunto de documentos e pranchas, elaborado pelo Setor de Preservação do Patrimônio Histórico da Divisão de Planejamento e Administração do Centro Cultural Justiça Federal – SEPREP/DIPLA/CCJF, contendo as informações técnicas necessárias para a realização dos serviços.

3.1.1.10 - Todo o serviço deverá ser executado por mão de obra especializada e treinada pelo fabricante utilizando as técnicas recomendadas pelo mesmo, sem causar danos à área interna do teatro.

### 3.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - O prazo de execução dos serviços é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias *[no máximo 240 (duzentos e quarenta) dias, conforme proposta da Contratada]*, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

3.2.2 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

## 4- CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

4.2 – A Contratada se fará representar por técnico especializado, em visita prévia às dependências onde serão executados os serviços, para conhecimento das características, dificuldades e condições especiais para realização dos serviços a serem executados, quando serão prestados todos e quaisquer esclarecimentos adicionais às especificações;

4.3 – Encaminhar à Fiscalização, antes do início dos trabalhos, documento com nome e número da identidade dos funcionários que executarão os serviços, atualizando essa lista a cada novo empregado que for contratado ou dispensado;

4.4 - Desenvolver as atividades nos dias de expediente do CCJF, entre 09h e 19h, sendo que a Fiscalização poderá autorizar a realização de eventuais serviços indispensáveis à conclusão da obra fora deste horário, mediante solicitação prévia da Contratada, devidamente justificada, pelo prazo de até 05 (cinco) dias úteis;

4.5 - Apresentar-se, por intermédio de funcionário responsável pela execução dos serviços, ao Setor de Preservação do Patrimônio Histórico da Divisão de Planejamento e Administração do Centro Cultural Justiça Federal - SEPREP/ DIPLA /CCJF (área administrativa 3º andar do CCJF), diariamente, antes do início dos serviços, para discriminar as atividades a serem realizadas e prestar as informações porventura necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

4.6 - Manter os funcionários devidamente identificados através do uso de crachás e trajados de forma condizente com o serviço a executar;

4.7 - Proibir seus empregados de solicitar serviços, materiais ou equipamentos às empresas terceirizadas que prestam serviços ao CCJF;

4.8 - Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverão ser formulados por escrito (carta ou e-mail), devidamente fundamentados, e submetidos à análise da SEPREP/ DIPLA /CCJF;



4.9 - Obedecer às normas e recomendações em vigor, editadas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na sua área de atuação;

4.10 - Responsabilizar-se pela guarda e conservação de seus materiais, ferramentas e equipamentos, não podendo esse serviço ficar a cargo do CCJF;

4.11 - Observar as normas de segurança adotadas pelo CCJF em suas dependências;

4.12 - Diligenciar para que seus funcionários trabalhem com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que forem necessários, segundo as normas vigentes, ficando a cargo da Contratada e às suas expensas o fornecimento desses equipamentos. A Fiscalização ou a Brigada de Combate à Incêndio poderão paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, ficando o ônus da paralisação por conta da Contratada;

4.13 - Deixar limpas as áreas de trabalho, principalmente após a execução dos serviços, sendo que todos os entulhos deverão ser removidos após cada dia de serviço. O entulho deverá ser acondicionado em recipiente próprio, devendo ser removido assim que esgotar a capacidade do recipiente. A fiscalização definirá os horários em que poderão ser retirados os entulhos;

4.14 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Fiscalização, cujas reclamações se obriga a atender;

4.15 - Submeter à aprovação prévia da Fiscalização todas as substituições dos materiais e equipamentos especificados por outros materiais e equipamentos equivalentes (mesma função e desempenho técnico), podendo a Fiscalização determinar a troca de material ou equipamento equivalente instalado, não aprovado previamente;

4.16 – Apresentar à Fiscalização cronograma detalhado da execução dos serviços, observando o prazo determinado e a realização em uma única etapa.

4.17 – Observar que os serviços em áreas em funcionamento deverão ser planejados de forma a causar o mínimo de transtorno possível e sua execução deverá ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 07 (sete) dias para que sejam tomadas as providências necessárias;

4.18 - Substituir os materiais e corrigir os serviços executados não aceitos pela Fiscalização;

4.19 - Atender aos chamados de assistência técnica durante o período de garantia no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação, devendo concluir os serviços no prazo deliberado pelo CCJF à época da referida notificação;

4.20 - Proteger adequadamente todos os móveis e utensílios do CCJF que estiverem no local do serviço, responsabilizando-se por quaisquer danos ocorridos no patrimônio público envolvido;

4.21 - Providenciar todas as liberações necessárias junto ao CREA/RJ ou CAU/RJ, concessionárias locais e órgãos fiscalizadores, bem como o pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias à completa execução dos serviços que será de responsabilidade da Contratada;

4.22 - Fornecer todos os materiais, máquinas, equipamentos, andaimes, ferramentas e acessórios necessários à perfeita execução dos serviços;

4.23 – A Contratada deverá isolar a área a ser reformada com a devida sinalização (cones, telas ou tapumes) em perfeitas condições;



4.24 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

4.25 – Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, que, decorrentes da execução do Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão-somente objetiva, sobrevenham em prejuízo do Contratante, do CCJF ou de terceiros, sem qualquer ônus para o Contratante;

4.26 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do CCJF, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao prédio ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, que propiciará o desconto do valor correspondente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.27 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

4.28 - Responderá a Contratada por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados.

4.29 - O exercício da fiscalização pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada.

4.30 - Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço a boa execução do serviço.

4.31 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:**

### **5.1 – DO PREÇO:**

5.1.1 - PLANILHA DE QUANTITATIVO DE SERVIÇOS E PREÇOS					
RESTAURO DA SALA DE SESSÕES E FOYER DO CCJF					
ETAPA	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
1	1ª ETAPA: PROTEÇÃO				
1.1	Montagem e desmontagem de andaimes (40 m² x 8 meses)	m²	320,00		
1.2	Passarela (16 unid. X 8 meses)	Unid.	128,00		

1.3	Rodizio de náilon (16 unid. X 8 meses)	Unid.	128,00		
1.4	Proteção de todo mobiliário, piso de madeira e tapete com lona plástica	Unid.	1,00		
1.5	Proteção dos vitrais	Unid.	3,00		
1.6	Proteção de janelas e portas	Unid.	17,00		
1.7	Proteção dos patamares	Unid.	4,00		
1.8	Equipamentos de Proteção Individuais	Unid.	6,00		
1.9	Licença da prefeitura e ART do CREA	Unid.	1,00		
1.10	Placa de obra	Unid.	1,00		
1.11	Registro fotográfico	Unid.	1,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 01</b>					
<b>2</b>	<b>2ª ETAPA: ANÁLISE TÉCNICA</b>				
2.1	Percussão do teto do foyer e Sala de Sessões (detecção de pontos de descolamentos, etc.)	m²	260,00		
2.2	Mapeamento de danos	vb	1,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 02</b>					
<b>3</b>	<b>3ª ETAPA: ABERTURA E FECHAMENTO DE VISITA</b>				
3.1	Abertura de vãos de 30 x 30 cm	Unid.	120,00		
3.2	Aspiração do anti-forro	m²	260,00		
3.3	Fechamento dos vãos	Unid.	120,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 03</b>					
<b>4</b>	<b>4ª ETAPA : DECAPAGEM PINTURA LISA</b>				
4.1	Decapagem pintura lisa do teto	m²	156,00		
4.2	Nivelamento da base	m²	156,00		
4.3	Complementação da pintura	m²	156,00		
4.4	Decapagem e complementação de colunas internas	Unid.	24,00		
4.5	Decapagem e complementação de arcos internos dos vitrais	Unid.	3,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 04</b>					
<b>5</b>	<b>5ª ETAPA :CONSOLIDAÇÕES DE FRISO E FORRO</b>				
5.1	Consolidação de frisos e forro	m²	260,00		
5.2	Retirada de moldes dos frisos	Unid.	8,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 05</b>					
<b>6</b>	<b>6ª ETAPA : FACEAMENTO E REINTEGRAÇÃO</b>				
6.1	Faceamento da pintura artística	m²	104,00		
6.2	Reintegração da pintura artística	m²	30,00		
6.3	Faceamento e reintegração das pinturas das colunas internas (escaiola)	Unid.	24,00		
6.4	Faceamento e reintegração dos arcos internos dos vitrais (escaiola)	Unid.	3,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 06</b>					
<b>7</b>	<b>7ª ETAPA: RECUPERAÇÃO DAS COLUNAS E VERGAS</b>				
7.1	Recuperação de colunas	Unid.	4,00		
7.2	Recuperação das vergas	Unid.	2,00		
7.3	Protetor na base das colunas	Unid.	4,00		
<b>SUBTOTAL ETAPA 07</b>					
<b>8</b>	<b>8ª ETAPA: INSTALAÇÃO DE DESCIDAS DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>				
8.1	Fornecimento e instalação de descidas de águas pluviais de aproximadamente 10 metros com diâmetro interno de 100mm, divididos em duas seções de tubo de ferro fundido ranhurado (incluindo furação da platibanda em diâmetro de 100mm)	Unid.	2,00		

SUBTOTAL ETAPA 08					
9	9ª ETAPA: RELATÓRIOS, MOBILIZAÇÕES, DESMOBILIZAÇÕES E LIMPEZA				
9.1	Entrega do relatório final de procedimentos	Unid.	1,00		
9.2	Mobilização e desmobilização	mês	8,00		
9.3	Limpeza da obra	Unid.	1,00		
SUBTOTAL ETAPA 9					
TOTAL GERAL					

5.1.2 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (                    );

5.1.3 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão-de-obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao perfeito cumprimento do objeto deste Contrato;

5.1.4 - Os preços são fixos e irreajustáveis.

## 5.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.2.1 - O pagamento será efetuado em parcelas, através de medições mensais, conforme planilha constante do Anexo II, por meio de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

5.2.2 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

5.2.2.1 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.2.3 – O documento fiscal, acompanhado do devido comprovante da medição mensal, deverá ser entregue no Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco, n.º 241, Cinelândia, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviados eletronicamente ao e-mail [dicom@trf2.gov.br](mailto:dicom@trf2.gov.br).

5.2.4 - Para fins do disposto no subitem 5.2.1 considerar-se-á como sendo a data

do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.2.5 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

5.2.5.1- A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 4º da Instrução Normativa n.º 480 de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal, alterada pelas Instruções Normativas nº 539 de 25/04/2005 e nº 706 de 09/01/2007 e pela IN RFB nº 765 de 02/08/2007.

5.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.2.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.2.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

5.2.8 – O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer documento fiscal, no todo ou em parte, nos casos de:

5.2.8.1 - Existência de qualquer débito para com o mesmo;

5.2.8.2 – Se os serviços/materiais prestados/fornecidos não estiverem de acordo com a especificação apresentada e aceita.

5.2.9 – Por tratar-se de Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação no documento fiscal do valor correspondente aos materiais aplicados.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	44.90.51.91	060.076	

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:**

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

7.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/2004-TRF-2ªRG de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 – A aplicação das penalidades será precedida de concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

7.11 – Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

8.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:

8.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente depois de efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com os termos contratuais;

8.1.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, e depois de concluída a vistoria, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

8.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

8.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais e/ou serviços foram entregues e/ou prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações

ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

8.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços contratados.

#### **9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:**

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

9.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

10.1 – Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 052/2013 e seus Anexos I e II;
- b) Proposta datada de \_\_/\_\_/\_\_, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços e materiais a serem executados/fornecidos, juntada às fls. \_\_/\_\_\_ do Processo;
- c) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA fornecido pelo **Centro Cultural Justiça Federal** (Avenida Rio Branco, nº 241 - Cinelândia/Rio de Janeiro), comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. \_\_\_ do Processo.



10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

### **11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL**

11.1 - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, sob a modalidade \_\_\_\_\_, de acordo com o artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

11.2 – A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la válida e atualizada.

11.3 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término do Contrato.

11.4 – A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

11.5 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

11.6 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8666/93.

### **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:**

12.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

12.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

12.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

12.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

12.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

12.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

### **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:**

#### **13.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

13.1.1 - O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 8.1.2 da Cláusula Oitava.

#### **13.2 – DO PRAZO DE GARANTIA:**

13.2.1 - O prazo de garantia dos serviços é de \_\_\_\_ ( ) anos [no mínimo, 05 (cinco) anos, conforme proposta da empresa], a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

### **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:**

14.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

14.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

### **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

15.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis no 9.069 de 29/06/95 e nº 10.192 de 14/02/2001.

15.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

15.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura, a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos (16º andar – sala 1603A), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

### **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.



**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor.

Rio de Janeiro,        de        de 2.013.

---

ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor Geral

---

REPRESENTANTE LEGAL  
EMPRESA CONTRATADA  
Cargo